PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

PORTARIA N. 0224/2024

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 17, inciso X, alínea c, da Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando o teor do e-Doc n. 07010639647202431,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo nominados, sem prejuízo de suas atribuições, para efetuar o lançamento das contratações do Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública – Licitação, Contratos e Obras – SICAP-LCO realizadas pela Procuradoria-Geral de Justiça e pelo Fundo de Modernização e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Tocantins (FUMP):

- I ALBERTO NERI DE MELO, Assessor Técnico do Procurador-Geral de Justiça, matrícula n. 120513;
- II DIEGO GOMES CARVALHO NARDES, Técnico Ministerial Assistência Administrativa, matrícula n. 140116;
- III LUÍS EDUARDO BORGES MILHOMEM, Técnico Ministerial Assistência Administrativa, matrícula n. 122313;
- IV LUIZ FELIPE DA SILVA SOUSA, Administrador, matrícula n. 122008;
- V RENATO ALVES DO COUTO, Encarregado da Área, matrícula n. 107910;
- VI RENATO ANTUNES MAGALHÃES, Encarregado de Área, matrícula n. 122010;
- VII ROSTANA DE OLIVEIRA CAMPOS, Técnico Ministerial Assistência Administrativa, matrícula n. 118012.
- Art. 2º Revogar a Portaria n. 1112/2023.
- Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 12 de março de 2024.

LUCIANO CESAR CASAROTIProcurador-Geral de Justica

1/2



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Assinaturas do documento

Assinado por: LUCIANO CESAR CASAROTI como (lucianocasaroti)
Na data: 12/03/2024 às 16:51:15
SIGN: 1060a7a21992303610 531679

SIGN: 1060a7e21882936c19c52bf847fb56d813256773

URL: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/1060a7e21882936c19c52bf847fb56d813256773

Este documento foi assinado eletrônicamente mediante usuário autenticado no Sistema Athenas. O mesmo possui amparo legal no ambito do Ministério Público do Estado do Tocantins, segundo o Ato 071/2012 da PGJ.